



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

ERIKA OLIVEIRA DE ALEXANDRE

**ÓDIO VIRTUAL: A VIOLÊNCIA ONLINE CONTRA MULHERES
PARLAMENTARES NA AMÉRICA LATINA**

BRASÍLIA

2021

ERIKA OLIVEIRA DE ALEXANDRE

**ÓDIO VIRTUAL: A VIOLÊNCIA ONLINE CONTRA MULHERES
PARLAMENTARES NA AMÉRICA LATINA**

Artigo apresentado à Faculdade de Comunicação, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Comunicação Organizacional.

Orientadora: Profa. Dra. Janara Kalline
Leal Lopes de Sousa

BRASÍLIA

2021

ERIKA OLIVEIRA DE ALEXANDRE

**ÓDIO VIRTUAL: A VIOLÊNCIA ONLINE CONTRA MULHERES
PARLAMENTARES NA AMÉRICA LATINA**

Artigo apresentado à Faculdade de Comunicação, da
Universidade de Brasília, como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social
com habilitação em Comunicação Organizacional.

Aprovada em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Janara Kalline Leal Lopes de Sousa
ORIENTADORA

Profa. Dra. Katia Maria Belisário
BANCA

Doutor Gerson Luiz Scheidweiler Ferreira
BANCA

Graduada Ana Carolina Pereira Novelli
SUPLENTE

Dedico este artigo a todas as mulheres que lutam pela liberdade de outras mulheres. Sigamos.

AGRADECIMENTOS

Acredito que quem somos e onde estamos é uma junção de nossa alma com todas aquelas que encontramos no caminho, por isso me sinto grata por ter encontrado tantas pessoas incríveis que me ajudaram a chegar até este momento.

Agradeço aos meus amados pais, que cuidaram de mim com tanto carinho. Mãe, obrigada por apoiar cada sonho, plano e loucura. Pai, obrigada por todo incentivo, conversa e exemplo. Foi o senhor que plantou em mim, quando pequena, o desejo de estar na Universidade de Brasília. Se hoje escrevo essas palavras, é porque um dia vocês sonharam comigo.

À minha família: irmão, madrinhas, afilhados, primas, primos, tios, tias e avós. Vocês são especiais.

À minha orientadora, Professora Doutora Janara Sousa, por toda inspiração, paciência e apoio ao longo da jornada. Ela tornou a experiência da escrita poderosa e menos solitária, e sei que ainda vai inspirar muitas pessoas. Que sorte temos!

À Danielle Batista, por ser minha irmã de coração e minha certeza. Obrigada por me acalmar quando precisei. Pelo mesmo motivo agradeço à Ingrid Ribeiro, que me faz rir e chorar ao mesmo tempo.

À Ingrid Santos, Giuliana Abade e Yuri Araujo, que estão comigo mesmo quando não estamos juntos, e tornam cada momento especial. À Amanda Nobre, por aquela conversa construtiva que me inspirou a acreditar mais em mim. À Beatriz Roscoe, Fernanda Gonçalves, Gabriel Anderson, Gustavo Pompeu, Marina Araújo e Prisley Zuse, por serem parceiros incríveis ao longo desses anos. Todas as trocas foram primordiais para que eu chegasse aqui hoje, e a graduação com certeza não seria a mesma sem cada um de vocês.

À Caroline Menezes, por sempre me fazer enxergar o meu potencial e ser uma fonte incrível de alegria. À Louise Catunda, por ser força e inspiração nos últimos dias deste artigo. À todos os amigos que ganhei ao longo dessa jornada linda que foi estar na UnB: Beatriz Melo, Maria Antônia Meneses e tantos outros. Tive lembranças incríveis ao lado de todos, obrigada.

À Katia Belisário, por ser meu primeiro contato com gênero durante a faculdade e me inspirar a pesquisar mais. Ao Gerson Scheidweiler, por aceitar participar desta banca e

colaborar, mesmo sem saber, com este artigo. À Ana Novelli, por tantos motivos que é impossível descrever tudo. Obrigada!

À todos os professores, técnicos e terceirizados que fazem a Faculdade de Comunicação acontecer. Seu empenho e dedicação formam profissionais para além do meio acadêmico. Sou grata.

Por fim, mas nunca menos importante, agradeço ao Nicklaus e ao Draco Romeu (*in memoriam*), que não deixaram o meu lado, mesmo de madrugada, e foram companhias excelentes. Vocês tem uma imensa parte do meu coração.

Finalizo este ciclo realizada. Obrigada, Universidade de Brasília.

*“É verdade: eu sou uma mulher dura cercada de
homens meigos”*

(Dilma Rousseff)

RESUMO

A América Latina é, fora zonas de guerra, o lugar mais perigoso para as mulheres no mundo, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2020). São nessas condições hostis e sexistas que as mulheres seguem atuando na política, resistindo a um sistema estruturado de violências que tenta mantê-las afastadas da vida pública, incluindo no meio online. Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo central entender e discutir as formas de violência online que atingem as mulheres em exercício de autoridade pública na América Latina. Para isto, trabalhou-se os conceitos de violência política de gênero e violência online, citando autoras como Janara Sousa e Flávia Biroli, e, como instrumentos metodológicos, foi feita a revisão bibliográfica sobre o tema e a análise de conteúdo quantitativa e qualitativa dos perfis do Twitter de seis mulheres que atuam ativamente em seus países. São elas: Manuela D'Ávila e Erika Hilton pelo Brasil, Cristina Kirchner e María Eugenia Vidal pela Argentina, Adriana Salvatierra e Andrea Barrientos pela Bolívia. Ao todo, foram analisadas 792 respostas diretas e identificadas 65 como violência política de gênero. Como principais resultados, destaco que igualdade representativa de gênero não significa condições iguais de participação na política, menos ainda de paridade. Com o objetivo de atingir a honra, a violência online de gênero busca minar o exercício dos mandatos femininos das mais diversas formas, adicionando obstáculos perigosos à democracia dos países da região. É necessário o contínuo esforço de análise e discussão para identificar as formas atuais de opressão que nascem com os novos meios e assim construir coletivamente democracias com maior resistência a violência contra grupos vulneráveis.

Palavras-chave: Internet, Violência Online, Gênero, Violência Política, América Latina

ABSTRACT

Latin America is, besides war zones, the most dangerous place for women in the world, according to data from the United Nations (UN, 2020). It is in these hostile and sexist conditions that women continue to act in politics, resisting a structured system of violence that tries to keep them away from public life, including online media. Given this scenario, this article aims to understand and discuss the forms of online violence that affect women exercising public authority in Latin America. For this, the concepts of political gender violence and online violence were worked on, citing authors such as Janara Sousa and Flávia Biroli, and, as methodological tools, a bibliographic review on the topic and a quantitative and qualitative content analysis of the Twitter account profiles of six women who are active in their countries were carried out. They are: Manuela D'Ávila and Erika Hilton for Brazil, Cristina Kirchner and María Eugenia Vidal for Argentina, Adriana Salvatierra and Andrea Barrientos for Bolivia. In all, 792 direct responses were analyzed and 65 identified as political gender violence. As main results, I highlight that representative gender equality does not mean equal conditions of participation in politics, even less of parity. In order to achieve honor, online gender violence seeks to undermine the exercise of female mandates in the most diverse ways, adding dangerous obstacles to democracy in the countries of the region. A continuous effort of analysis and discussion is necessary to identify the current forms of oppression that are born with the new means and thus collectively build democracies with greater resistance to violence against vulnerable groups.

Palavras-chave: Internet, Online Violence, Political Violence, Violence Against Women, Latin America

LISTA DE FIGURAS

FIGURAS

Figura 1. Ataque à Manuela D'Ávila

Figura 2. Foto alterada de Cristina Kirchner

Figura 3. Foto alterada de Jeanine Áñez

Figura 4. Foto de Jeanine Áñez sem edição.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
VIOLÊNCIA POLÍTICA E ONLINE: CONCEITOS E INTERLIGAÇÕES	13
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
VIOLÊNCIA ONLINE DE GÊNERO: ABUSOS, AMEAÇAS E HUMILHAÇÕES	19
4.1 Manuela D'Ávila	19
4.2. Erika Hilton	21
4.3 Cristina Kirchner	21
4.4 María Eugenia Vidal	23
4.5 Adriana Salvatierra	23
4.6 Andrea Barrientos	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	28

1. INTRODUÇÃO

A América Latina é, fora zonas de guerra, o lugar mais perigoso para as mulheres, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2020).¹ Em 2018, nove vítimas de violência de gênero foram assassinadas por dia no território latino americano, totalizando 2.559 mortes. A pesquisa também aponta uma denúncia grave: os números ainda podem ser maiores, devido à subnotificação de alguns países da região, como o México e a Colômbia. Inegavelmente, outros tipos de ataques também são comuns na área. Assédios, ameaças, humilhações, agressões físicas e chantagens são algumas das outras diversas violências que as latino-americanas sofrem no dia a dia.

São nessas condições desiguais e sexistas que as mulheres seguem atuando na política, resistindo a um sistema estruturado de violências que tenta mantê-las afastadas da vida pública e que se reflete na desproporcional participação feminina, comparada a presença masculina, nas organizações governamentais. Segundo dados do Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe 2020², por exemplo, a taxa de postos ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais é de apenas 32,9%. Enquanto isso, excede em 25% a porcentagem de mulheres e meninas que não frequentam centros escolares nem participam do mercado de trabalho, principalmente por assumirem tarefas domésticas e não remuneradas, contra 10% dos homens.

Embora o retrato atual demonstre que ainda há uma cultura de domesticidade em relação ao papel social da mulher (BIROLI, 2016), lhes retirando possibilidades, a mudança quanto a este cenário já é perceptível. Devido à luta de movimentos feministas na região, a paridade de gênero é realidade nas legislaturas da Argentina, Costa Rica, Venezuela e Equador.³ Já a primeira grande taxa de participação feminina pertence a Bolívia, onde as mulheres chegaram a ocupar, até o primeiro semestre de 2020, 53,1% dos postos no parlamento⁴.

¹Hechos y cifras: Poner fin a la violencia contra las mujeres. Disponível em:

<https://www.unwomen.org/es/what-we-do/ending-violence-against-women/facts-and-figures>

² Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe 2020. Disponível em:

<https://www.cepal.org/es/publicaciones/46739-anuario-estadistico-america-latina-caribe-2020-statistical-yearbook-latin>

³ Mulheres: a nova força política da América Latina. Disponível em:

<https://www.opendemocracy.net/pt/mulheres-nova-forca-politica-da-america-latina/>

⁴ Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe 2020

Porém, mesmo sendo reconhecida por sua participação feminina, a Bolívia ainda é palco para casos brutais contra políticas, como aconteceu com a Maria Patricia Arce Guzman, hoje senadora boliviana. Em novembro de 2019, Arce, então prefeita de Vinto⁵, foi sequestrada, espancada e obrigada a caminhar descalça por três quilômetros por um grupo de extrema-direita, enquanto sofria ofensas e humilhações. Além disso, ela teve os cabelos cortados durante o ato e o corpo pintado de vermelho. As agressões foram consideradas pela Defensoria Pública da Bolívia e pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos como uma violação do direito à integridade da pessoa humana, e o ataque contra ela foi eternizado em imagens e vídeos online, por onde também sofreu ameaças.

No Brasil, a violência contra mulheres em cargos políticos também é comum, e não cessa mesmo após a morte. Em março de 2018, Marielle Franco foi assassinada durante seu mandato como vereadora do Rio de Janeiro. Uma semana após a execução de Franco, sua equipe precisou criar um site para desmentir as constantes *fake news* que eram disparadas contra a memória da vereadora⁶, propagadas em redes sociais inclusive por autoridades como o deputado federal Alberto Fraga (DEM-DF) e a desembargadora Marília de Castro Neves. Já em maio de 2021, Benny Briolly, vereadora de Niterói, precisou deixar o país após as múltiplas ameaças contra a sua integridade física, entre elas um e-mail que exigia sua renúncia do cargo, citando seu endereço, e comentários nas redes sociais, desejando que “a metralhadora de Ronnie Lessa” a atingisse. Lessa é o acusado de matar Marielle Franco.⁷

Esses casos reforçam que a forma de se fazer política na América Latina está mudando, mas os países da região ainda são extremamente cruéis para as mulheres. Como a violência de gênero remete a uma estrutura de dominação masculina da nossa cultura, o ambiente digital não está isolado desse fenômeno (SOUSA *et al* 2019). No atual contexto contemporâneo, a Internet atua como extensão dos nossos valores sociais e se torna um ambiente muito utilizado para o perpetuamento dessas antigas práticas de intimidação, devido a fatores como a dificuldade de identificação e punição dos agressores e a facilidade de viralizar o ataque, maximizando a agressão. Como o uso dos meios digitais ainda é relativamente recente, pouco se sabe sobre o cenário bem como a prática de violência online na América Latina, e menos ainda conhecemos o impacto do linchamento virtual na vida das vítimas e, conseqüentemente, na estrutura democrática dos países.

⁵ Cidade no Departamento de Cochabamba, no centro da Bolívia.

⁶ BBC NEWS. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56367394>

⁷ Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/BennyBriolly/status/1392972993194827776>

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo central entender e discutir as formas que a violência online atinge as mulheres em exercício de autoridade pública na América Latina. Para isto, trabalhou-se os conceitos de violência política de gênero e violência online. Como instrumentos metodológicos, foi feita a revisão bibliográfica sobre o tema e a análise do perfil no Twitter de seis mulheres: Manuela D'ávila (Brasil), Erika Hilton (Brasil), Cristina Kirchner (Argentina), María Eugenia Vidal (Argentina), Adriana Salvatierra (Bolívia) e Andrea Barrientos (Bolívia).

2. VIOLÊNCIA POLÍTICA E ONLINE: CONCEITOS E INTERLIGAÇÕES

O fenômeno “violência” é atemporal, por isso diversos autores consideram difícil sua conceitualização, uma vez que as ações designadas ao termo se alteram conforme a cultura do período em questão. De maneira geral, a violência é uma ferramenta de dominação comum e ilegítima, que se ampara na impotência do outro e transforma-o em um objeto, violando assim a dignidade do sujeito (MISSE, 2002). Ao longo dos séculos, este tipo de subjugação vem sendo imposta para um grupo social que, em diversos países, compõem mais da metade da população: as mulheres. Variadas formas de agressão, consideradas violência de gênero, têm sido legitimadas e perpetuadas por culturas ocidentais, como nas nações que compõem a América Latina⁸. As raízes do patriarcalismo na região podem ser datadas desde a colonização, e, por mais de 400 anos, mulheres nem mesmo eram consideradas cidadãs, uma vez que não possuíam direitos civis, como votar e serem votadas. Elas existiam apenas no âmbito familiar, onde ainda assim, deviam submeter-se a figura patriarcal, seja pai, esposo ou guardião. As consequências desta estrutura social, fortemente enraizada na cultura local, refletem nos países latinos do atual contexto contemporâneo, onde apenas 12 mulheres atuaram chefes de estado em toda história dos 20 países da região, sendo oito eleitas e três assumindo interinamente (PAZ, 2019).

Segundo Flávia Biroli (2018), a baixa representação no âmbito estatal não é sinônima à falta de atuação política feminina, mas sim que esta é dificultada, e, quando existente, ocorre em ambientes historicamente ocupados por homens brancos, heterossexuais e cisgêneros. Este recorte representativo, visto como dominante na sociedade em questão,

⁸ Devido a falta de consenso quanto a quais territórios fazem parte da América Latina, é importante destacar que no presente trabalho considerou-se países latinos os 20 listados no Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe, sendo eles: Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional de), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Não se considera nenhum país ou região da América do Norte.

utiliza da violência como arma de manutenção de poder e recebe tolerância da sociedade para punir o que consideram desvios, como apresenta Saffioti (2001). Assim, usam diversas micro e macro agressões para manter afastados grupos marginalizados que podem, de alguma maneira, alterar as tradições vigentes que os beneficiam. Isso explica porque as mulheres, como o maior grupo vulnerável, são uma ameaça para o monopólio de dominação masculina.

O estudo “Sexism, harassment and violence against women parliamentarians” (Sexismo, assédio e violência contra mulheres parlamentares, em tradução livre) publicado em pela União Interparlamentar (IPU, 2016), confirma este tratamento: 81,8% das parlamentares ouvidas afirmam já ter sofrido violência psicológica durante seu mandato. Destas, 65,5% sofreram humilhação sexual ou foram alvos de comentários sexistas; 44,4% receberam ameaças de morte, estupro, espancamento ou sequestro e 38,7% das entrevistadas que já sofreram algum tipo de violência afirmaram que estes atos agressivos minaram a implementação de seus mandatos e sua liberdade de expressão.

Diante deste cenário, a Organização dos Estados Americanos (OEA, 2015) adotou a Declaração sobre a Violência e o Assédio Político contra as Mulheres. Segundo o documento, assinado pelas 34 nações independentes da América, com exceção da Nicarágua, a violência política contra as mulheres impede que elas sejam reconhecidas como sujeitos políticos, e definem este tipo de agressão como:

Tanto a violência quanto o assédio político contra as mulheres podem incluir qualquer ação, conduta ou omissão entre outras, com base no seu gênero, individualmente ou em grupo, que tenha por objeto ou como resultado de prejudicar, anular, impedir, obstruir ou restringir seus direitos políticos, viola o direito das mulheres a uma vida livre de violência e o direito de participar em assuntos políticos e público em condições de igualdade com os homens; (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2015)

Para além da Declaração, metade das nações latino-americanas também avançaram no debate legislativo⁹, embora poucas tenham, de fato, promulgado leis de combate a violência política contra a mulher. Aqui destacamos a Bolívia, primeiro país da região a sancionar um regulamento para tratar o grave problema, com a Lei 243/2012. O país chegou a ter 53,1% de suas cadeiras ocupadas por mulheres, até o primeiro semestre de 2020. Após as eleições, no segundo semestre do mesmo ano, porém, a representação passou a ser de 46,2%¹⁰. Dos três países citados no presente estudo, sendo eles a Argentina, o Brasil e a Bolívia, o Brasil é o

⁹ Dados retirados do Proyecto de Reformas Políticas en América Latina, disponível em: <https://reformaspoliticas.org/violencia-politica-contra-las-mujeres-2/>

¹⁰ Dados da União Interparlamentar, disponível em: <https://data.ipu.org/women-ranking>

que apresenta a menor participação feminina no parlamento. Segundo dados da União Interparlamentar, o maior país da América Latina tem uma representação de 15.2%, enquanto a Argentina tem 42,4%.

O tema debatido mostra uma evolução histórica quanto as mulheres na política: se no início do século XX a preocupação sufragista residia no direito de voto, no século XXI novos desafios surgiram, assim como novos obstáculos. Poder integrar o sistema democrático de representantes estatais não é sinônimo de condições igualitárias de participação (BIROLI, 2018), como visto nos dados apresentados. A violência que tenta manter os grupos marginalizados fora das estruturas formais de representação, ocupadas historicamente por figuras masculinas, é sempre reinventada para abranger novos espaços de debate e convivência, como, por exemplo, nas redes sociais.

Diante dessa perspectiva e com a popularização do acesso à Internet na América Latina, é necessário discutir um tipo de agressão não antes vista: a violência online. Embora possua características específicas que a diferenciam do mundo *offline*, este modelo de ataque viola os mesmos grupos sociais vulneráveis que já são perseguidos na chamada “vida real” (POLAND, 2016). Assim, não é possível considerar os acontecimentos do mundo online à parte das violências do mundo *offline*.

Segundo o estudo do IPU, citado previamente neste artigo, 41,8% das parlamentares entrevistadas tiveram imagens extremamente humilhantes ou sexualmente explícitas de si mesmas espalhadas pelas redes sociais. Geralmente anônimos, os agressores se sustentam na dificuldade de serem encontrados para espalharem comentários sexistas e que, em muitas vezes, em nada se relaciona com o assunto previamente tratado na postagem. O estudo também afirma que as redes sociais se tornaram o principal meio em que a violência psicológica é perpetrada contra mulheres parlamentares.

“Como um campo em disputa”, é como Janara Sousa (2021) define a Internet. Ao mesmo tempo em que a Rede é um amplo meio de acesso à direitos e se torna obrigatória para o exercício da cidadania em diversos países, inclusive no Brasil, ela também tornou-se um espaço onde direitos humanos são frequentemente violados.

[...] a violência online é um fenômeno em franca expansão. Assim como é exponencial os números de acesso a rede, é também exponencial os casos de abusos e agressões. É evidente não só o crescimento dos casos bem como da própria variedade destes, acontecendo até novos tipos criminais que não existiam nesse nosso dito mundo “real”, como é o caso do estupro virtual (SOUSA, 2021).

A agressão que ocorre na rede ainda possui um agravante: a possibilidade da rápida viralização do conteúdo exposto, atingindo indivíduos de diferentes locais, aumentando o número de possíveis agressores, assim como a dificuldade de identificação e punição dos mesmos, e tendo o potencial de maximizar o sofrimento da vítima (SOUSA E SCHEIDWEILER, 2019). Um exemplo do fenômeno é o ataque coordenado, no qual diversos usuários determinam um momento específico para agredir virtualmente um perfil. Com o volume de ataques, o rastreamento dos agressores fica impossibilitado.

É o caso da deputada federal Joice Hasselmann (PSL-SP). Em um estudo prévio, identificamos que a cada postagem, Hasselmann recebe cerca de 91,42 comentários considerados violência de gênero. Em sua maioria, as ofensas citam as características físicas da deputada, os procedimentos estéticos feitos por ela e sua vida sexual. Em nenhum momento da análise, Hasselmann respondeu a qualquer comentário (ALEXANDRE, 2021, no prelo). É importante ressaltar que a “violência sexual compromete a integridade física e psíquica das mulheres e, com isso, funciona como constrangimento a sua presença na esfera pública”, como explica Biroli (2016).

A violência sexual, como aconteceu com Hasselmann, é uma dos vários tipos de agressões que as mulheres sofrem por serem mulheres. Para a melhor compreensão do presente trabalho, destacamos, dentre estas formas de agressão, a violência simbólica. Humilhante e muitas vezes incapacitante, esse tipo de ataque é realizado com o objetivo de deslegitimar a atuação feminina em qualquer esfera social (BIROLI, 2016). Ademais, a violência simbólica tem o agravante de ser pouco discutida e reconhecida, uma vez que não deixa marcas físicas na vítima.

Além das camadas de silêncio que constituem historicamente as desigualdades de gênero, visões restritas do que é violência, que a reduzem a agressões físicas e assassinatos, podem impedir que se reconheça a dinâmica da violência política (BIROLI, 2016).

A agressão feita no ambiente online ganha força, pois confunde-se com “liberdade de expressão”. O discurso violento, feito para questionar o pertencer da mulher em lugares não domésticos, torna a dignidade feminina o principal alvo e ecoa em diversos comentários coordenados em forma de ataque a perfis de parlamentares, intimidando-as. A violência online, assim, torna-se uma grande ameaça ao sistema democrático.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização da pesquisa, o procedimento metodológico selecionado foi a análise de conteúdo com abordagem qualitativa e quantitativa, uma vez que tal método pode-se tanto aplicar a uma variedade de materiais, como permite abordar uma grande diversidade de objetos de investigação, esclarecendo fenômenos sociais particulares (LAVILLE e DIONE, 1999, p. 214). Tal análise foi dividida em três fases, conforme preconiza Bardin (2011): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Além disso, a revisão de bibliografia foi uma constante, para maior embasamento dos fatos coletados e para a não-duplicação de esforços (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 225).

Na fase de pré-análise, após a primeira revisão bibliográfica e a construção do escopo teórico, foram definidos os focos do estudo: as páginas pessoais no Twitter de mulheres de diferentes partidos políticos da Argentina, Brasil e Bolívia. Estes países foram selecionados para ter uma noção mais ampla do fenômeno na América Latina. A Argentina foi escolhida devido ao seu protagonismo e a sua influência quanto aos movimentos feministas da região. Foi nesta nação que nasceu o Ni una menos¹¹, movimento que espalhou-se por diversos países latino-americanos, como o Chile, o México e o Uruguai. Já o Brasil foi selecionado devido a sua importância socioeconômica na região, além de ter um dos piores índices de participação feminina no parlamento, caso oposto da Bolívia, o primeiro país a alcançar igualdade representativa de gênero nos altos cargos governamentais.

Após selecionados os países, foram definidas as parlamentares que tiveram seus perfis analisados. São elas: Manuela D'ávila (@ManuelaDavila), Erika Hilton (@ErikakHilton), Cristina Kirchner (@CFKArgentina), Maria Eugenia Vidal (@mariuidal), Adriana Salvatierra (@Adriana1989sa) e Andrea Barrientos (@AndreaBSahonero). Insta ressaltar que foram escolhidas para análise os perfis de mulheres que, além de estarem atuando na política do seus países, costumam ter respostas às suas postagens ou são figuras populares e controversas na região. Essa seleção foi feita devido a um estudo anterior (ALEXANDRE, 2021, no prelo), quando fora percebido que mulheres com maior volume de interações nas redes sociais tendem a ser atacadas de maneira pública. Isso não impede as agressões

¹¹ Em português “Nenhuma a menos”, o movimento surgiu em na Argentina em 2014, mas teve visibilidade internacional em 2015, após intensas manifestações devido a ocorrência de casos brutais de feminicídio no país. Atualmente “o Ni Una Menos é considerada uma rede feminista e ciberfeminista transnacional” (MARQUES, 2019).

privadas para qualquer perfil, mas estas, como não são públicas, também não podem ser estudadas.

Outrossim, foram selecionados termos que consistem em violência política de gênero para diferenciar das críticas, sem cunho agressivo, recebidas pelas vítimas. Após esta distinção, foram selecionadas categorias de análise para a melhor compreensão do fenômeno: a) qual é o tipo de agressão (calúnia, ameaça, chantagem, etc.) b) quem é o agressor c) há repercussão aparente diante violência encontrada? e d) há diferença da forma como é feita a violência online entre as nações escolhidas?

Já na segunda fase do estudo, o conteúdo foi colhido manualmente, analisado e, o que pode ser lido, foi quantificado e qualificado. Segundo Marconi e Lakatos, a análise de conteúdo é importante “para extrair generalizações com o propósito de produzir categorias conceituais que possam vir a ser operacionalizadas em um estudo subsequente” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 188). Assim sendo, foi permitida não apenas a descrição, como também uma investigação minuciosa do material encontrado, para “esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação” (LAVILLE e DIONE, 1999, p. 214).

Devido a vastidão dos dados, foi feita uma amostragem aleatória simples, com a coleta e a análise de até 150 comentários por perfil, feitos diretamente nas postagens iniciais de cada vítima. Foram selecionados os três *tweets* de cada perfil com maior engajamento¹² no período analisado, de 5 a 11 de setembro de 2021, e lidas as primeiras 50 respostas de cada um deles. Dos 792 *tweets* lidos, 65 foram considerados violência de gênero.

Quadro 1: Quadro dos resultados quantitativos obtidos

Perfil analisado	Número total de respostas analisadas	Número de respostas identificadas como violência política de gênero
Manuela D’ávila (@ManuelaDavila)	150	22
Erika Hilton (@ErikakHilton)	150	2

¹² Considera-se como engajamento os indicadores visíveis das postagens, tais como comentários, curtidas e *retweets*.

Cristina Kirchner (@CFKArgentina)	150	12
María Eugenia Vidal (@mariuvidal)	150	3
Adriana Salvatierra (@Adriana1989sa)	42	6
Andrea Barrientos (@AndreaBSahonero)	150	20

Fonte: Elaboração própria

O quadro acima confirma, de maneira quantitativa, que a violência online atinge as parlamentares aqui analisadas.

4. VIOLÊNCIA ONLINE DE GÊNERO: ABUSOS, AMEAÇAS E HUMILHAÇÕES

Somando os números dos perfis selecionados, cerca de 65 *tweets* foram identificados como violência de gênero cometida contra as parlamentares analisadas. Embora seja possível constatar a disparidade das violências sofridas em termos de volume e conteúdo, todas as mulheres selecionadas foram atacadas verbalmente. Os agressores, de modo geral, possuem perfis não identificáveis, isto é, sem foto de perfil ou com uma imagem qualquer (memes, personagens, frases, etc), e fazem comentários que atacam a honra, o corpo e as ideologias das parlamentares.

Para melhor visualização, os resultados serão distribuídos em tópicos.

4.1 Manuela D'Ávila

Manuela D'Ávila (PCdoB/ RS), ex-vereadora de Porto Alegre e ex-deputada federal, recebeu 22 respostas que contém violência de gênero, ou seja, 14,66% do conteúdo analisado são agressões feitas apenas pelo fato de D'Ávila ser mulher. As violências contra a política são diversas: desde palavras de ordem, como “cala a boca” a termos como “biscate”, “maconheira”, “retardada” e “safada”.

Em uma crítica ao governo de Jair Bolsonaro¹³ (sem partido), atual Presidente do Brasil, feita pela política, um usuário da rede respondeu: “MACONHELA de IPHONE!!! vai pra CUBA QUE TE PARTIU!!!”. A agressão foi feita para descredibilizar D’Ávila tanto intelectualmente quanto ideologicamente. A junção do nome da parlamentar, adicionada a maconha, que ainda está em processo de descriminalização, tenta desqualificar o posicionamento político de D’Ávila, trazendo um tema que nem mesmo foi abordado na postagem em questão. A adição do termo “de Iphone” faz referência, de maneira implícita, à frase “comunista de Iphone” comum na rede. Tal frase associa, de maneira depreciativa, um bem de consumo ao comunismo, como se, por acreditar em tal ideologia, D’Ávila seria hipócrita ao possuir este tipo de aparelho celular. Tanto esta expressão quanto a “vai pra Cuba” ou a “vai para Venezuela” são frequentemente ditas, de maneira irônica e pejorativa, a pessoas que se posicionam politicamente como de esquerda, assim como D’Ávila.

Outro *tweet*, feito por um agressor anônimo, contra D’Ávila, diz: “Vai tomar no cu, peluda do carai. Só fala merda, mn! Para um pouco”. No trecho, o termo “peluda” faz alusão ao fato de D’Ávila ser abertamente feminista, sendo uma maneira pejorativa de se referir feministas. O fato da parlamentar ter ou não o hábito de depilar-se não é, de maneira alguma, relevante para validar qualquer opinião da mesma. Esse trecho mostra a tentativa “de controle e de exploração dos corpos das mulheres, de suas condutas, de sua autonomia e de suas liberdades”, como afirma Sousa (2019).

Outro *tweet* analisado foi um depoimento de Manuela D’Ávila quanto aos ataques que sofre na Internet, disponível no trecho abaixo.

[...] Quem assistiu a reportagem de ontem do Fantástico, viu como os haters realmente sentem prazer em fazer comentários maldosos e atacar pessoas famosas e anônimas. Ataques esses que trazem consequências reais pra quem é alvo. Vocês que me acompanham por aqui há algum tempo sabem bem qual é o impacto do ódio das redes na minha vida, né?! Não podemos normalizar esse comportamento. O ódio não pode vencer! (D’ÁVILA, TWITTER, 2021)

Em resposta, um agressor anônimo usou palavras de ordem para a ex-deputada, disponível na figura abaixo.

Figura 1. Ataque à Manuela D'Ávila

¹³ Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/ManuelaDavila/status/1435215682518626308>



Fonte: Reprodução/ Twitter

Mesmo em uma postagem que deixa claro que há consequências para a vítima de violência, não houve hesitação de alguns usuários em produzir ataques. D'Ávila, em um *tweet* fixado¹⁴ em seu perfil, deixa claro que todos os dias ela pensa em desistir de sua vida política, pois a violência está cada vez mais intensa. Ela afirma que já recebeu ameaças de estupro para sua filha de cinco anos, ameaças de morte para ela e que sente medo, mesmo sabendo que a polícia acompanha o seu caso.

4.2. Erika Hilton

Erika Hilton (PSOL/SP) é a primeira vereadora transgênero eleita para a Câmara Municipal de São Paulo. No período analisado, Hilton recebeu duas agressões públicas, ambas de conteúdo transfóbico. Para os agressores, a vereadora não pode ser considerada mulher, uma vez que é transgênero, por isso a tratam no pronome masculino, como “Erick”.

Em uma postagem de cobrança ao Arthur Lira (PP), atual presidente da Câmara dos Deputados, feita pela vereadora, uma usuária da rede social, sem foto e nem identificação, escreveu: “Erick Hilton tenho vontade de conhecer sou sua fã”. No mesmo *tweet*, um usuário publicou uma imagem com os dizeres “Eu (coração) pinto grosso”. Ambos os comentários tem objetivo de desqualificar a vítima, reduzindo seu valor ao seu gênero. Percebe-se, então, que o principal tipo de agressão cometida contra a vereadora na parte pública da mídia social é a transfobia. A ela é negado a sua condição feminina, ridicularizando seu corpo e sua luta.

4.3 Cristina Kirchner

A atual vice-presidenta da Argentina, Cristina Kirchner (Partido Justicialista) também foi presidente da Argentina, sendo a primeira mulher eleita pelo voto direto no país (PAZ, 2019). No conteúdo analisado, Kirchner recebeu 9 ataques identificados como violência de gênero. Em sua maioria, os agressores buscavam invalidar a atuação política de Kirchner, criticando sua imagem e chamando-a de termos como “velha”, “louca” e “puta”.

¹⁴ Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/ManuelaDavila/status/1400186235101061120>

Em um *tweet* sobre o consumo de carne no país, quatro usuários da rede social utilizaram a imagem de Kirchner para criticá-la. Um usuário respondeu: “velha cortesã e louca”¹⁵. Outro disse: “velha filha de mil putas”¹⁶. Outro *tweetou* uma imagem alterada de Kirchner, disponível abaixo.

Figura 2. Foto alterada de Cristina Kirchner



Fonte: Reprodução/ Twitter

Em outro *tweet*, Kirchner divulgou uma transmissão ao vivo em que ia participar, e recebeu outros três ataques à sua aparência. No primeiro, um usuário compara a vice-presidente com cavalos. No segundo, outro usuário a compara com a Rainha Má, personagem do filme “Branca de Neve e os sete anões”, em seu aspecto mais sombrio e envelhecido. No terceiro, um perfil comentou “Alguém desligue o microfone que está com a velha puta por favor”¹⁷

Nos seis *tweets* citados, os agressores buscam desacreditar a atuação política de Kirchner com base em sua aparência. Isto é reforçado por outros ataques, nos quais a chamam constantemente de louca, questionando sua capacidade intelectual, além do preconceito etário explícito. Assim, é possível perceber que estes ataques sexistas e violentos tem por objetivo tratar “mulheres como desequilibradas, pouco sensatas e incapazes de dar

¹⁵ Tradução livre. O trecho original diz: “Vieja cortesana y loca”.

¹⁶ Tradução livre. O trecho original diz: “Vieja hija de re mil puta”

¹⁷ Tradução livre. O trecho original diz: Alguien q le apague el micrófono a la vieja puta está por favor

conta das pressões que são parte da política” (BIROLI, 2016), e utilizando seus corpos para minar seu propósito social.

4.4 María Eugenia Vidal

Ex-governadora de Buenos Aires, María Eugenia Vidal (Proposta Republicana - PRO) recebeu três comentários sexistas no conteúdo analisado, um por postagem. No primeiro, o ataque não foi direcionado à ela, mas sim a Cristina Kirchner e suas aliadas políticas. Nesta postagem, Vidal, em campanha eleitoral, fala sobre o “fim do kirchnerismo”, e um perfil menciona “essas macristas safadas”, junto a uma foto de Kirchner.

Já o segundo comentário, que atacava a inteligência da política, foi excluído pelo agressor após pedidos de respeito feitos por outros perfis da rede. Aqui ressaltamos a importância não só das diretrizes políticas das plataformas, que embora lentas, vem mostrando um progresso quanto a conteúdos violentos, mas também a importância do fortalecimento ideológico contra a violência política de gênero. Pode-se apenas supor o motivo da exclusão do conteúdo por parte do agressor, porém é evidente a importância da não aceitação da violência.

O terceiro comentário sexista foi relacionado ao corpo de Vidal, quando um perfil perguntou aos outros usuários da rede se a parlamentar está inchada pois parou de tomar “pala”, alusão à cocaína¹⁸.

De maneira geral, há muitos comentários negativos no perfil de Vidal, mas poucos são relacionados, de fato, a violência política. Em sua grande maioria, as críticas são relacionadas ao passado político da parlamentar, e traz termos como “ladra” e “hipócrita”.

4.5 Adriana Salvatierra

Ex-senadora boliviana, Adriana Salvatierra (Movimento ao Socialismo - MAS) recebeu 6 ataques sexistas no conteúdo analisado. Ela foi a única parlamentar que não atingiu os 150 comentários lidos, pois só teve 42 respostas na amostra selecionada.

Assim como as outras políticas analisadas, Salvatierra teve seu intelecto questionado ao ser chamada de “louca” e ao ser atacada com frases como “por que você é tão estúpida,

¹⁸ Tradução livre. A frase original é: Ella está hinchada porque dejo de tomar pala?

cérebro oco e burra?”¹⁹. Ademais, Salvatierra também recebeu palavras de ordem como “cala a boca” e comentários em relação a sua aparência, como “tão bonita e mentirosa”²⁰.

Percebeu-se que mesmo em comentários de apoio a parlamentar, perfis, geralmente masculinos, a chamavam de “linda”, pouco fazendo referência a sua atuação política e ao tema tratado em sua postagem.

4.6 Andrea Barrientos

Atualmente senadora boliviana, Andrea Barrientos (Comunidade Cidadã) recebeu 20 ataques sexistas no conteúdo examinado. Assim como as outras personalidades analisadas, Barrientos recebeu comentários com os termos “burra”, “louca”, “ridícula” e “estúpida”.

Outrossim, Barrientos foi atacada violentamente, inclusive com ameaças físicas. No dia 10 de setembro de 2021, um perfil comentou em um vídeo em que a parlamentar fala sobre sua luta contra o partido boliviano Movimiento al Socialismo (MAS): “Um golpe de martelo em todo o seu rosto de filha da puta seria justo, sua traidora imunda”.²¹

Na mesma postagem, onde Barrientos fala que “assume seus erros” e, por isso, renuncia ao cargo de chefe da bancada de senadores, há diversos pedidos de renúncia total da cadeira, em sua maioria feitas por perfis identificados como masculinos. Um usuário comentou “Erro em política? Haha menina te falta muito”²². O uso do termo “menina” busca diminuir a trajetória política de Barrientos, já que se refere a uma moça jovem, sem experiência ou capacidade para lidar com a política.

Outro comentário que chamou atenção não foi relacionado diretamente a senadora, embora estivesse presente em sua página, mas sim a ex-presidente interina, Jeanine Áñez (Movimento Democrático Social). Aqui destacamos a forma como envelheceram Áñez para acusá-la de assassinato. Mais uma vez, revela-se a intolerância com o envelhecimento feminino.

Figura 3. Foto alterada de Jeanine Áñez

¹⁹ Tradução livre. A frase original é: Porque eres tan tonta hueca de cerebro y burra???

²⁰ Tradução livre. A frase original é: Tan bonita y mentirosa

²¹ Tradução livre. O trecho original diz: Un martillazo en toda la cara de hija de puta que tienes sería lo justo, inmunda traidora.

²² Tradução livre. O trecho original diz: Errores en política? Jaja niña te falta mucho



Fonte: Reprodução/ Twitter

Figura 4. Foto de Jeanine Áñez sem edição



Fonte: Getty Images/ Gaston Brito

A Figura 3 refere-se à imagem postada no comentário da senadora Barrientos, com os dizeres “velha Áñez assassina”. Já a figura 4 é uma foto de Áñez em 2020. Nessa perspectiva, é possível perceber a necessidade de deixar Áñez esteticamente desagradável para reforçar os crimes cometidos durante seu tempo como Chefe de Estado. A aparência que se encaixa no padrão de beleza social não tem o mesmo efeito quando se trata de uma criminosa, então, para desacreditá-la, foi feito um processo de envelhecimento em sua imagem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo foi feito com objetivo de colaborar com o debate acerca da violência online contra mulheres em cargos políticos. Não há pretensão de oferecer uma resposta a todas as questões aqui encontradas, uma vez que o assunto é complexo e necessita de aprofundamentos.

As agressões de cunho calunioso aqui analisadas podem ser divididas em três eixos, já definidos em um trabalho anterior (ALEXANDRE, 2021, no prelo): ofensas relacionadas às características pessoais e a existência da vítima; ataques a capacidade intelectual, ressaltando tanto à idade quanto questionando sua sanidade e inteligência; e constrangê-la pautando seu corpo e sexualidade. Além disso, foi reconhecida uma ameaça física, feita à senadora boliviana Andrea Barrientos.

Também infere-se que igualdade representativa de gênero não significa condições iguais de participação, menos ainda de paridade. Na Bolívia, por exemplo, 53,2% das cadeiras parlamentares já foram ocupadas por mulheres, que ainda assim sofreram com a violência de gênero durante seus mandatos. Tal violência, aliada a outras razões, faz com que as mulheres questionem suas carreiras diariamente, como afirmou Manuela D'Ávila. Por conseguinte, quando há uma diminuta representação de um grupo no universo parlamentar, poucos temas importantes para esta população são debatidos e as políticas públicas de combate a violência em questão passam a ser rasas. Assim, estamos em um ciclo, no qual o poder permanece pertencendo ao mesmo grupo que utiliza da violência como forma de manter a estrutura social a seu favor. (SOUSA, 2021).

Tal ciclo agrava-se pois é multiplicado no ambiente digital (SOUSA, 2021), sendo uma das características mais cruéis deste tipo de violência. A agressão não tem fim em si mesma, ela ecoa nas redes e pode até viralizar, atingindo pessoas e novos possíveis agressores em toda parte do globo. Sousa (2011) expõe a revitimização da vítima como um dos maiores resultados desta equação perversa, além de consequências psicológicas, físicas e sociais para elas.

Embora, como já apresentado, exista uma disparidade quanto a quantidade de mulheres atuantes diretamente no parlamento, os três países ainda apresentam estruturas culturais violentas que resistem à participação das mulheres na política regional. Esta violência é uma forma de reação a uma presença feminina mais qualificada e efetiva (BIROLI, 2016) nos parlamentos. Com o objetivo de atingir a honra, os ataques buscam minar o exercício dos mandatos femininos das mais diversas formas, adicionando obstáculos perigosos à democracia dos países e, principalmente, à vida dessas mulheres e de seus entes queridos.

Destaca-se a presença constante de *fakes* e perfis sem identificação, impossibilitando o rápido reconhecimento do agressor. Tal conduta, comum na rede, é feita com exatamente

este objetivo: espalhar o ódio e intimidar os parlamentares sem ser reconhecido por tal atitude. A violência aqui pode-se relacionar à covardia.

Ademais, é importante ressaltar que foram analisadas apenas as interações públicas diretas, ou seja, respostas feitas mencionando os perfis estudados. Logo, não pode ser examinado uma ferramenta muito utilizada nas redes sociais: a mensagem direta. Ameaças por e-mails e chats privados são impossíveis de se coletar sem a autorização de uma das partes e raramente se tornam públicos, assim tornam-se uma parte considerável do meio de violência, uma vez que desta maneira há pouca possibilidade de repreensão por parte de outros usuários da rede. Além disso, se a vítima lidar com um volume expressivo de mensagens, como as parlamentares selecionadas neste artigo, há poucas chances de consequências negativas para o agressor. Este foi outro fator em comum que se destacou, visto em todos os perfis aqui pesquisados: nenhuma das mulheres responderam as agressões públicas diretas analisadas. Isso pode se dar por diversos motivos, sendo um deles a falta de recursos humanos e materiais para lidar com a quantidade de ataques, assim como o medo de incentivar o discurso de ódio e a exaustão emocional causada pela violência diária. Outra razão é a naturalização do abuso, como acontece quando a parlamentar é vítima de violência simbólica (BIROLI, 2016).

Resta reconhecida a limitação deste estudo: é preciso uma base de dados mais ampla para compreender como a violência online se difere a partir de marcadores sociais como raça, orientação sexual e regionalidade. Também é importante considerar a limitação temporal: por a análise compreender uma semana, o fenômeno social pode ter sido influenciado por questões de cada região, como as eleições, no caso da Argentina, e o Dia da Independência, no caso do Brasil. Mesmo assim, a agressão existe e deve ser encarada. Outrossim, por ser um instrumento de dominação feito por um meio mutável, este tipo de ataque reformula-se a cada estruturação da rede, exigindo estudos constantes.

Por fim, é necessário evidenciar e exaltar os esforços femininos feitos nos últimos séculos para que o fim da violência de gênero seja, um dia, possível. Tais empenhos, que já resultam em ferramentas importantes para o combate à problemática misógina em diversos contextos da região, como o avanço no judiciário dos países latino americanos, são essenciais para manter o avanço da questão. Dessa forma, é necessário o contínuo esforço de análise e discussão para identificar as formas atuais de opressão que nascem com os novos meios de

comunicação e assim construir coletivamente democracias com maior resistência a violência contra grupos vulneráveis.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIROLI, Flávia. **Violência política contra as mulheres**. [S. l.], 12 ago. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/08/12/violencia-politica-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 24 abr. 2021.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: Limites da democracia no Brasil**. 1. ed. [S. l.]: Boitempo, 2018. 252 p. ISBN 9788575596043.

BOLÍVIA. Lei nº 243/2012, de 28 de maio de 2012. **LEY CONTRA EL ACOSO Y VIOLENCIA POLÍTICA HACIA LAS MUJERES**. [S. l.], 28 maio 2012.

CEPAL. DIVISIÓN DE ESTADÍSTICAS. **Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe 2020**. [S. l.]: CEPAL, março 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46739-anuario-estadistico-america-latina-caribe-2020-statistical-yearbook-latin>. Acesso em: 2 ago. 2021.

D'ÁVILA, Manuela. **O que leva uma pessoa a atacar outras na internet? Muitas vezes o preconceito e a intolerância, mas também existem outros fatores, como o engajamento, a atenção e a visibilidade que uma pessoa pode alcançar com um comentário ou uma postagem de ataque**. (+). 6 set. 2021. Twitter: @ManuelaDavila. Disponível em: <https://twitter.com/ManuelaDavila/status/1434860582256140288> Acesso em: 11 set. 2021

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Sexism, harassment and violence against women parliamentarians**. Geneva, 2016. Disponível em: <https://www.ipu.org/resources/publications/issue-briefs/2016-10/sexism-harassment-and-violence-against-women-parliamentarians>. Acesso em: 7 set. 2021.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Monthly ranking of women in national parliaments**. Geneva, 2021. Disponível em: <https://data.ipu.org/women-ranking?month=10&year=2021>. Acesso em: 1 set. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARQUES, B. M. (2019). **A atuação do movimento Ni Una Menos como rede (feminista) de ativismo transnacional na luta contra a violência de gênero na Argentina (2014-2016)**. Fronteira: Revista De iniciação científica Em Relações Internacionais, 18(35), 62-87.

ONU MUJERES. Hechos y cifras: **Poner fin a la violencia contra las mujeres**. [S. l.], 2020. Disponível em:

<https://www.unwomen.org/es/what-we-do/ending-violence-against-women/facts-and-figures>. Acesso em: 2 ago. 2021.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. Sexta conferencia de los Estados parte de la convección de Belém do Pará. **DECLARACIÓN SOBRE LA VIOLENCIA Y EL ACOSO POLÍTICOS CONTRA LAS MUJERES**. Lima, 15 out. 2015. Disponível em: <http://www.oas.org/es/mesecvi/docs/declaracion-esp.pdf>. Acesso em: 13 set. 2021.

PAZ, Maria Luiza; MOURA, Nayanna. **Mulheres na América Latina: o perfil das presidentes latino-americanas**. Edição Especial do Curso de Relações Internacionais, Recife: Revista Eletrônica da Estácio v. 5, n 3, 2019

PENNAFORT, Roberta. **Mentiras sobre Marielle Franco continuam a se espalhar três anos após sua execução**. Rio de Janeiro: BBC News Brasil, 13 mar. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56367394>. Acesso em: 18 ago. 2021.

POLAND, Bailey (2016). **The Many Face of Cybersexism: why misogyny flourishes online. Harassment, Abuse and Violence Online**. Lincoln: Potomac Books

REFORMAS POLITICAS EN AMÉRICA LATINA. **Violencia política contra las mujeres**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://reformaspoliticas.org/violencia-politica-contra-las-mujeres-2/>. Acesso em: 16 ago. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. [S. l.], 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/gMVfxYcbKMSHnHNLrqwYhKL/?lang=pt>. Acesso em: 6 maio 2021.

SOUSA, Janara; SCHEIDWEILLER, Gerson. **O Ambiente Regulatório Brasileiro de Enfrentamento à Violência Online de Gênero**. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, v. 16, n. 30. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/1399/599>

SOUSA, Janara. **Violência Online no Brasil: cenários e perspectivas**. Revista Razón y Palabra, v. 24, n. 111, p. 174-187. Disponível em: <https://www.revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/1781>

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. **Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer**. Pesquisa e Debate em Educação, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, jul.-dez.2020.